

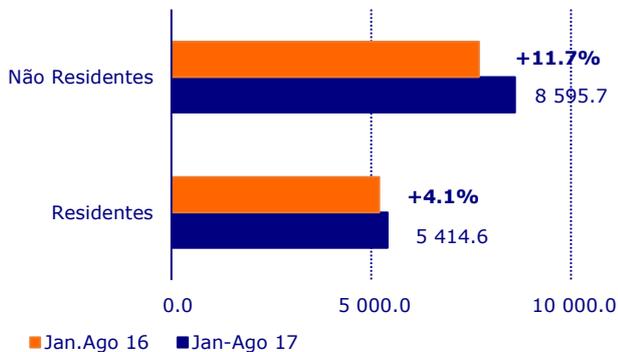
TURISMO: NOVOS RECORDES EM PERSPECTIVA EM 2017

Os valores acumulados até Agosto demonstram que 2017 será o melhor ano de sempre no que respeita ao turismo em Portugal. A importância deste sector tem-se vindo a acentuar, estando a ser encarado como motor para o crescimento ao nível nacional e regional. Os últimos dados conhecidos confirmam que as regiões que não eram tradicionalmente fortes no turismo estão a crescer nesta área (registam as mais altas taxas de crescimento, em termos comparativos), apostando nas suas potencialidades (na diferenciação). Ainda assim, Lisboa e Algarve continuam a ser os campeões no acolhimento de turistas, na procura de unidades hoteleiras e afins e nos proveitos obtidos.

De Janeiro a Agosto de 2017, o número de hóspedes totais alcançou os 14.0 milhões, que compara com os 12.9 milhões registados em igual período do ano passado, significando um crescimento de 8.6%. Os turistas não residentes chegaram a 8.6 milhões (que representam 61.4% dos hóspedes totais), mais 11.7% do que no período homólogo. Os turistas residentes foram 5.4 milhões (com um peso de 38.6% para o total) e aumentaram 4.1% em relação ao período de Janeiro a Agosto do ano passado.

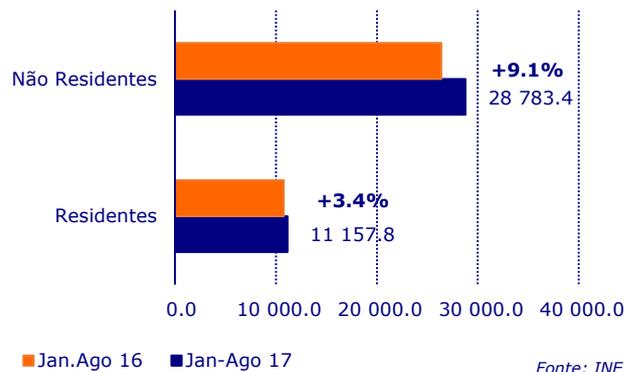
Nº de hóspedes continua a crescer

(milhares)



Nº de dormidas confirma tendência de subida

(milhares)

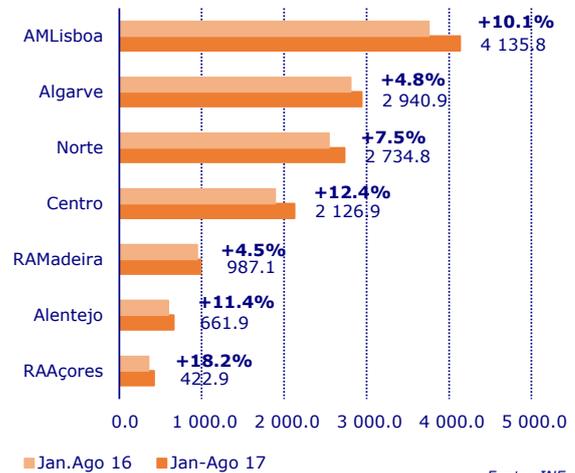


Também ao nível das dormidas se confirma a constante melhoria e a possibilidade de se alcançarem valores máximos de sempre. No total, entre Janeiro e Agosto, ocorreram 39.9 dormidas, um aumento de 7.4% em relação ao período homólogo. As dormidas de não residentes totalizaram 28.7 milhões (72.1% do total) e cresceram 9.1% face ao mesmo período do ano passado. Já os nacionais verificaram 11.1 milhões de dormidas (representam 27.9% do total), tendo aumentado 3.4% em termos homólogos. Em termos de estadia média total verificou-se uma ligeira diminuição. No período entre Janeiro a Agosto, o valor da estadia média foi de 2.79 dias, que compara com 2.81 dias no período homólogo.

Por regiões, confirma-se que a Área Metropolitana de Lisboa recebeu 4.1 milhões de hóspedes no período em análise (29.5% do total), representando um aumento de 10.1% em relação período homólogo. Segue-se o Algarve, com 2.9 milhões de turistas (tem um peso de 21.0% do total), que registou um aumento de 4.8% face ao mesmo período do ano passado. As regiões Norte (onde se inclui a RMPorto) e Centro receberam, respectivamente, 2.7 e 2.1 milhões de hóspedes (19.5% e 15.2% do total), correspondendo a aumentos de 7.5% e de 12.4% em relação ao período homólogo. Face à dimensão e especificidades de Madeira, Açores e Alentejo, estas regiões são as que menos turistas recebem. No entanto, de realçar o esforço que tem vindo a ser realizado do lado da oferta para a captação de cada vez mais hóspedes, pois a RAAçores registou a mais alta taxa de crescimento, 18.2%, seguindo-se a região Centro, com 12.4% e o Alentejo com 11.4%.

Lisboa absorve 29.5% dos hóspedes, mas outras zonas registam maior expansão

(milhares)



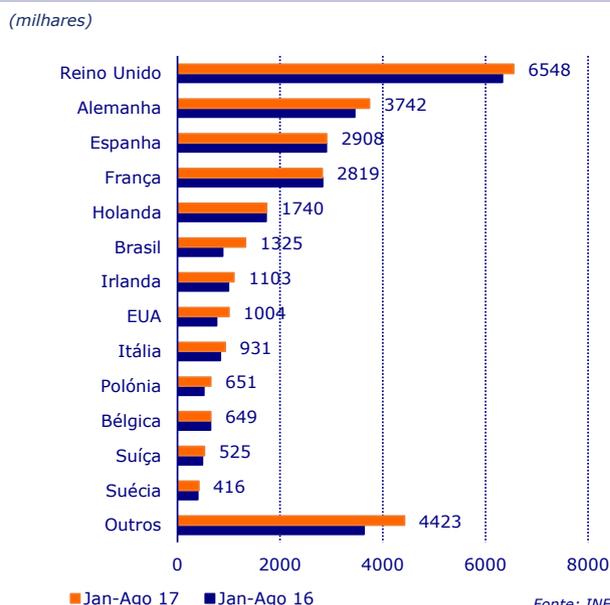
TEMAS EM DESTAQUE

TURISMO: NOVOS RECORDES EM PERSPECTIVA EM 2017 (cont.)

Nas dormidas por não residentes, destacam-se os britânicos com 6.5 milhões (22.7% do total), tendo ocorrido um aumento de 3.4% em relação ao período homólogo em análise. Seguem-se os alemães (13.0%) e os espanhóis (10.1%), igualmente com variações positivas de 8.3% e 0.3%, respectivamente. Os franceses (com um peso de 9.8%) foram os únicos visitantes com uma variação negativa de 0.3%. Estes quatro grupos de visitantes representam globalmente 55.6% do total. Os povos com variações positivas mais significativas face ao ano passado foram os brasileiros (+50.3%), os norte-americanos (+32.2%) e os polacos (+25.9%).

Na ocupação hoteleira e afins (hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, e outros), os hotéis representaram 77.2% da preferência dos turistas no período em análise e registaram um crescimento homólogo de 9.9%. Só os apartamentos turísticos registaram um crescimento superior, 13.1%, mas representam apenas 6.6% do total da ocupação dos hóspedes.

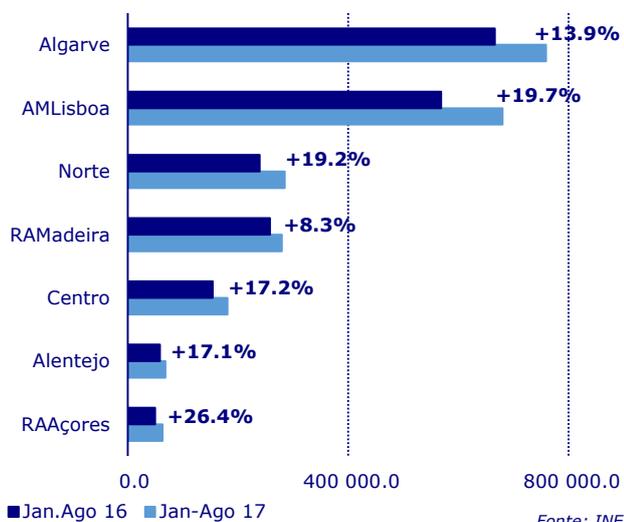
O Reino Unido forneceu 22.7% dos turistas que visitaram Portugal em 2017



Em termos de proveitos totais, no período entre Janeiro a Agosto de 2017 obtiveram-se 2.316 milhões de euros, mais 16.1% comparativamente ao período homólogo. O Algarve lidera com 759 milhões de euros arrecadados (cerca de 32.8% do total), aumentando 13.9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Segue-se a AMLisboa, com 681 milhões de euros (perto de 29.4% do total), um significativo aumento de 19.7% do que no período homólogo, sugerindo uma forte pressão nos preços dos serviços no sentido ascendente. Só estas duas regiões representam 62.2% do total nacional. Globalmente, em todas as regiões do país verificaram-se aumentos homólogos significativos, destacando-se mais uma vez a RAAçores com um aumento dos proveitos de 26.4% (que acompanha a maior procura e atracção da região, depois da liberalização do mercado das viagens aéreas para os Açores).

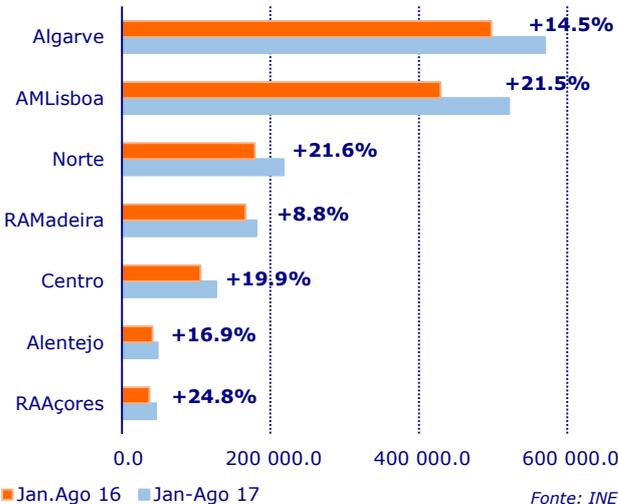
Algarve representa 32.8% dos proveitos totais, segue-se AMLisboa com 29.4%

(milhares de euros)



Também é no Algarve e na AMLisboa onde os aposentos são mais rentáveis (proveitos p/aposento)

(milhares de euros)



De facto, se a análise incidir sobre os proveitos por aposento, confirma-se que a RAAçores, seguida pela região Norte (que inclui a RMPorto) e pela AMLisboa, são as regiões que apresentam actualmente maiores aumentos. Respectivamente, 24.8%, 21.6% e 21.5%. Nos três casos, a pressão da procura tem guiado o aumento

TURISMO: NOVOS RECORDES EM PERSPECTIVA EM 2017 (cont.)

dos preços dos serviços e, por conseguinte, do aumento da rentabilidade/proveitos dos quartos. A AMLisboa é a região que mais turistas capta, mas tanto o Porto como os Açores estão actualmente nas novas rotas do turismo nacional.

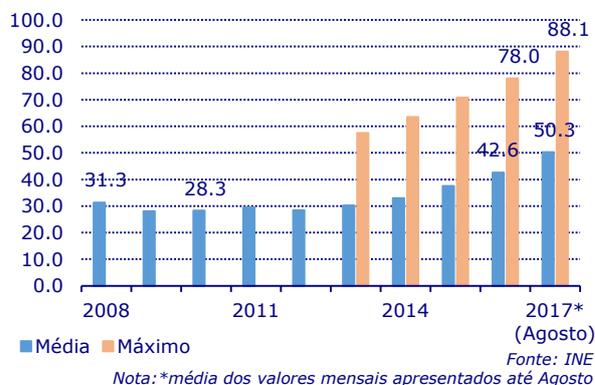
No entanto, o Algarve é a região que mais proveitos capta por aposento – 570 milhões de euros (33.3% do total do país) – um aumento de 14.5% face ao período homólogo. Segue-se a AMLisboa, com 522 milhões de euros (30.5% do total), representando um acréscimo de 21.5% perante o mesmo período do ano passado. Em termos globais, os proveitos totais por quarto ascendeu a 1.711 milhões em termos acumulados de Janeiro a Agosto do ano, mais 17.5% em relação ao período homólogo.

Nos últimos cinco anos tem sido progressiva a subida da rentabilidade (RevPAR) por quarto em Portugal. E nos últimos três anos, os valores apresentados são superiores ao valor médio calculado desde 2008 (34.0 euros). Para já, o valor nacional para 2017 encontra-se a rondar os 50 euros.

Em termos comparativos, referir que em Agosto, o valor nacional foi de 88.1 euros (79.2 euros em Agosto de 2016; mais 8.9 euros). Já o Algarve alcançou 126.0 euros (113.6 em Agosto de 2016; mais 12.4 euros), o valor mais alto por regiões, e a AMLisboa chegou a 91.9 euros (82.4 euros em Agosto 2016; mais 9.5 euros). De referir que Agosto é o mês do ano em que se alcança o pico máximo do rendimento médio por quarto disponível em Portugal, sendo o principal mês do período de férias de Verão e onde se verifica a maior parte da pressão da procura por parte dos turistas estrangeiros e nacionais.

RevPAR por quarto disponível

(euros)



TEMAS EM DESTAQUE

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL JANEIRO-SETEMBRO (CONTABILIDADE PÚBLICA)

□ **Nos primeiros 9 meses do ano, o saldo orçamental melhorou substancialmente face a igual período do ano anterior.** Assim, entre Janeiro e Setembro, o saldo orçamental foi de EUR -569.5 milhões, o que compara com EUR -2,860 milhões em igual período do ano anterior, ou seja, uma melhoria de EUR 2,290.5 milhões. O grande contributo veio da receita fiscal e contributiva, a par de uma contenção da despesa. O saldo primário melhorou de EUR 3,079.7 milhões entre Janeiro e Setembro de 2016 para EUR 5,559.4 milhões este ano. **Mantemos a nossa expectativa de que o saldo orçamental termine o ano em linha com o objectivo do Governo, ou seja, 1.4% do PIB,** medido em contabilidade nacional. A evolução favorável da receita e a contenção da despesa deverá permitir que o objectivo seja cumprido. O Executivo mantém, ainda assim, folga do lado do investimento público para fazer face a alguma derrapagem que se venha a verificar no resto do ano.

Execução Orçamental (Janeiro - Setembro 2017) (Contabilidade Pública)					
	Execução Orçamental		Taxa de Variação Homóloga %		Contribuições
	Setembro 2016	Setembro 2017	Δ Setembro 17/16	OE 17*	
Receita Corrente	55,709	57,908	3.9%	3.9%	3.9%
Receita Fiscal	33,348	35,087	5.2%	3.3%	3.1%
Impostos Directos	14,994	15,916	6.1%	2.2%	1.6%
Impostos Indirectos	18,354	19,171	4.4%	4.3%	1.4%
Contribuições Seg. Social	14,445	14,559	0.8%	0.7%	0.2%
Outras Receitas Correntes	7,871	8,200	4.2%	13.3%	0.6%
Receita de Capital	1,241	1,380	11.2%	40.5%	0.2%
Receita Efectiva	56,950	59,288	4.1%	4.8%	4.1%
Despesa Corrente	56,520	56,389	-0.2%	1.9%	-0.2%
Despesas com Pessoal	14,823	14,837	0.1%	1.9%	0.0%
Aquisição Bens e Serviços	7,953	8,069	1.4%	3.8%	0.2%
Juros e outros encargos	5,940	6,129	3.2%	0.3%	0.3%
Transferências Correntes	26,612	26,019	-2.2%	0.0%	-1.0%
Subsídios	636	603	-5.2%	-2.4%	-0.1%
Outras Despesas Correntes	514	728	41.6%	50.1%	0.4%
Despesa de Capital	3,290	3,469	5.4%	11.4%	0.3%
Despesa Efectiva	59,810	59,857	0.1%	2.5%	0.1%
Saldo Global	-2,860	-569	-80.1%	-	-
Saldo Primário	3,080	5,559	80.5%	-	-

Fonte: DGO, calc. BPI.

Nota: * Taxas de variação homólogas estimadas para 2017, de acordo com os valores inscritos na proposta de OGE 2018.

A receita fiscal aumentou a um ritmo superior ao estimado, fortemente impulsionada pelos impostos directos. A proposta de Orçamento de Estado para 2018 estima um aumento de 3.3% para a receita fiscal este ano, um valor substancialmente inferior ao registado para os primeiros 9 meses do ano (5.2%). O imposto arrecadado em sede de IRC tem revelado um desempenho muito positivo (+22% y/y), aproximando-se de um grau de execução de quase 83% nos primeiros 9 meses do ano, reflectindo o ambiente favorável do sector empresarial. Os impostos indirectos cresceram 5.7%, com o contributo substancial do IVA (5.4% y/y, superior ao estimado no OGE 2018, de 5.0%). Nota

Receita Fiscal - Subsector Estado (Janeiro - Setembro)

	Execução Acumulada		Taxa de Variação Homóloga			
	2016	2017	Absoluta		%	
			Agosto	Setembro	Agosto	Setembro
Impostos Directos	12,610.8	13,427.9	792.9	817.1	7.8	6.5
IRS	8,816.2	8,753.8	179.1	-62.3	2.4	-0.7
IRC	3,586.9	4,370.4	633.5	783.4	24.7	21.8
Outros	207.7	303.7	-19.7	96.0	-9.5	46.2
Impostos Indirectos	16,704.6	17,650.1	706.5	945.5	4.7	5.7
ISP	2,445.5	2,523.9	77.9	78.4	3.7	3.2
IVA	11,116.6	11,712.7	429.7	596.2	4.3	5.4
Imp. Veículos	493.0	572.1	74.1	79.1	16.5	16.1
Imp. Tabaco	1,186.7	1,120.1	-93.3	-66.6	-10.6	-5.6
IABA	146.2	208.6	53.1	62.4	42.8	42.7
Imposto de Selo	1,036.6	1,102.4	49.6	65.8	5.3	6.3
Imposto Único de Circulação	230.0	249.8	18.0	19.8	8.7	8.6
Outros	50.0	160.5	97.5	110.5	213.2	220.8
Receita Fiscal	29,315.4	31,078.0	1,499.4	1,762.6	6.0	6.0

Fonte: DGO.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL JANEIRO-SETEMBRO (CONTABILIDADE PÚBLICA)(cont.)

ainda para o crescimento registado nos impostos relacionados com veículos, nomeadamente o Imposto Sobre Veículos (+16.1% face ao período homólogo), reflectindo o aumento das vendas de veículos automóveis¹. As contribuições para regimes de protecção social cresceram entre Janeiro e Setembro 0.8%; no entanto, nota para o facto de, em 2017, as contribuições para a ADSE passarem a ser contabilizadas em vendas de bens e serviços, o que compara desfavoravelmente com 2016. **No total, a receita aumentou 4.1%, ligeiramente abaixo do estimado (4.8%), registando um grau de execução de 72% até Setembro.**

A despesa manteve-se praticamente inalterada nos primeiros 9 meses do ano.

As despesas com pessoal praticamente não alteraram no período de análise em termos homólogos, considerando que o pagamento do subsídio de Natal em 2017 está a ser feito de forma distinta do registado em 2016². Espera-se uma alteração desta rubrica nos dados que reportem a execução de Novembro. Ao mesmo tempo, a aquisição de bens e serviços continua a crescer a um ritmo consideravelmente inferior ao estimado no OGE 2018 (1.4% vs a estimativa de 3.8%): o pagamento de participações pela ADSE suportou o aumento registado neste período, embora tenha sido parcialmente compensado pela diminuição da despesa com a aquisição de produtos químicos e farmacêuticos para o Serviço Nacional de Saúde (facto que deverá estar relacionado com o acréscimo dos pagamentos em atraso no sector - ver ponto seguinte).

A evolução dos encargos com os juros (+3.2% vs 0.3% estimado no OGE 2018) continua influenciada pelos encargos suportados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) da Administração Central (76.4%), uma vez que os encargos com a dívida pública directa continuam a cair (-1.8%). As transferências correntes continuam a tirar partido do cenário macroeconómico favorável (-2.2% vs 0.0% estimado no OGE 2018): as pensões estão a diminuir nos primeiros 9 meses do ano (-1.4% y/y), em linha com o diferente perfil de pagamento do 13º mês; e as prestações de desemprego diminuem 13% face ao período homólogo, considerando a melhoria gradual do mercado de trabalho. Nota final para o investimento público, que continua substancialmente abaixo do estimado no OGE 2018 (o Executivo reviu em baixa o investimento público em 2017 em 23% na proposta de OGE 2018). O grau de execução desta rubrica situa-se em 59% até Setembro (comparativamente ao objectivo inscrito no OGE 2018).

Nota para os pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias), que, em Setembro de 2017, atingiram um nível mais elevado do que o registado no final do ano anterior. De facto, no final de cada ano, as dívidas com mais de 90 dias tendem a cair. No entanto, se comparado com o mês homólogo, Setembro deste ano compara de forma desfavorável com Setembro de 2016, registando-se um aumento de 7.6% y/y. Nos primeiros 9 meses do ano, os pagamentos em atraso registaram um crescimento de 41%.

Despesas da Segurança Social

	Set 16	Set 17	Variação Homóloga	Peso no total da despesa
	(milhões EUR)			
Pensões	11,958.8	11,785.9	-1.4%	66%
Sobrevivência	1,699.3	1,677.8	-1.3%	9%
Invalidez	985.2	932.5	-5.3%	5%
Velhice	9,273.9	9,149.2	-1.3%	51%
Beneficiários dos antigos combatentes	0.4	0.4	16.1%	0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	485.1	504.7	4.1%	3%
Subsídio por doença	348.7	382.3	9.7%	2%
Prestações de desemprego	1,157.7	1,008.3	-12.9%	6%
Complemento Solidário para Idosos	152.5	155.9	2.2%	1%
Outras prestações	570.0	620.7	8.9%	3%
Acção social	1,236.7	1,256.2	1.6%	7%
Rendimento Social de Inserção	249.1	255.9	2.7%	1%
Restantes	2,048.1	1,906.9	-6.9%	11%
Total Despesa	18,206.6	17,877.0	-1.8%	

Fonte: DGO; calc. BPI.

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

	Dez 13	Dez 14	Dez 15	Set 16	Dez 16	Set 17
	(stock em final de período, milhões EUR)					
Administrações Públicas	1,846	1,539	920	1,117	851	1,204
Admin. Central excl. Subs. Saúde	30	22	13	19	17	18
Subsector da Saúde	10	7	4	2	6	5
Hospitais EPE	611	553	451	711	544	961
Empresas Públicas Reclassificadas	1	3	15	16	13	14
Administração Local	671	437	242	190	150	107
Administração Regional	523	516	194	179	120	99
Outras Entidades	103	1	1	3	3	1
Empr. Públicas Não Reclassificadas	103	1	1	3	3	1
Total	1,949	1,539	921	1,120	854	1,205

Fonte: DGO.

¹De acordo com a ACAP, as vendas de veículos ligeiros aumentaram, em termos acumulados, 8.3% entre Janeiro e Setembro de 2017.

²Em 2017, metade do subsídio de Natal é pago em duodécimos e a outra metade em Novembro; em 2016, a totalidade do subsídio de Natal foi paga em duodécimos.

